



Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 83/XIV/2.^a SL

Aos 19 dias do mês de maio de 2021, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na Sala 2 do Palácio de São Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I Parte – 10h

Audição da representante do Estado no Conselho de Administração da Fundação Casa da Música, Dra. Maria Teresa Pereira de Moura, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, em conjunto com a Comissão de Cultura e Comunicação – videoconferência

II Parte – 11h

Audição dos representantes do Estado no Conselho de Administração da Fundação de Serralves, Vice-Presidentes, Prof. Dra. Isabel Pires de Lima e Dr. José Pacheco Pereira, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, em conjunto com a Comissão de Cultura e Comunicação – videoconferência

III Parte – 12h

1. **Apreciação e votação das atas das reuniões n.ºs 81 e 82, de 11 e 12 de maio de 2021;**
 2. **Distribuição de iniciativas legislativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;**
 3. **Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 649/XIV/2.^a (BE) - «Reconhece e regulamenta o estatuto profissional da animação sociocultural»; Deputada autora do parecer: Diana Ferreira (PCP);**
 4. **Outros assuntos.**
-

I Parte – 10h

Audição da representante do Estado no Conselho de Administração da Fundação Casa da Música, Dra. Maria Teresa Pereira de Moura, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, em conjunto com a Comissão de Cultura e Comunicação – videoconferência

O Senhor Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS), Deputado Pedro Roque, deu início à reunião conjunta da 10.^a e 12.^a Comissões, cumprimentando as Senhoras e os Senhores Deputados presentes na sala e os que participavam por videoconferência, em especial a Senhora Presidente da Comissão de Cultura e



Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 83/XIV/2.ª SL

Comunicação, Deputada Ana Paula Vitorino, explicando a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar em ambas as audições, e dando as boas-vindas à representante do Estado no Conselho de Administração (CA) da Fundação Casa da Música, Dra. Maria Teresa Pereira de Moura, enquadrando a sua presença, através da plataforma *Skype Empresas*, no âmbito do [requerimento](#) apresentado pelo Grupo Parlamentar (GP) do BE. Posto isto, concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) para a respetiva apresentação, a que se seguiu a intervenção inicial da Dra. Teresa Moura. No final, e no seguimento de um pedido de esclarecimento suscitado pelo GP do BE, foi clarificado que, apesar de não estarem reunidas as condições para a transmissão da audição em direto no *site* do Canal Parlamento, em função de anomalia entretanto detetada, estava assegurada a gravação áudio e vídeo, e ulterior transmissão em diferido destes conteúdos.

Na ronda dedicada aos Grupos Parlamentares, usaram da palavra os Senhoras Deputados Eduardo Barroco de Melo (PS), Paulo Rios de Oliveira (PSD) e José Moura Soeiro (BE) e a Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP). Em função das dificuldades técnicas registadas na ligação eletrónica com a representante do Estado no Conselho de Administração da Fundação Casa da Música, Dra. Teresa Moura, e dado o adiantado da hora, foi então decidido de forma consensual iniciar de imediato a segunda parte da reunião, retomando-se posteriormente esta audição com a repetição da intervenção do GP do PCP, que já não teria sido ouvida pela personalidade convidada.

II Parte – 11h

Audição dos representantes do Estado no Conselho de Administração da Fundação de Serralves, Vice-Presidentes, Prof. Dra. Isabel Pires de Lima e Dr. José Pacheco Pereira, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, em conjunto com a Comissão de Cultura e Comunicação – videoconferência

Entrou-se assim na segunda parte da reunião deste dia, começando o Senhor Presidente da 10.ª Comissão por renovar a explicação sobre a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, e dando as boas-vindas aos representantes do Estado no Conselho de Administração (CA) da Fundação de Serralves, Vice-Presidentes, Prof. Dra. Isabel Pires de Lima e Dr. José Pacheco Pereira, enquadrando a sua presença, através da plataforma *Skype Empresas*, no âmbito do [requerimento](#) apresentado pelo Grupo Parlamentar (GP) do BE, e dando a palavra ao Senhor



Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 83/XIV/2.^a SL

Deputado José Moura Soeiro (BE) para a respetiva apresentação, a que se seguiram as intervenções iniciais da Prof. Dra. Isabel Pires de Lima e do Dr. José Pacheco Pereira.

Na ronda dedicada aos Grupos Parlamentares, usaram da palavra as Senhoras e os Senhores Deputados Eduardo Barroco de Melo (PS), Carla Barros (PSD), José Moura Soeiro (BE) e Ana Mesquita (PCP). Os representantes do Estado na Fundação de Serralves responderam de forma conjunta e sucessiva às questões colocadas.

Findo o período de respostas, tomou ainda da palavra o Senhor Deputado Eduardo Barroco de Melo (PS), que em defesa da honra afirmou não ter efetuado nenhuma consideração injusta ou incorreta, tendo-se limitado a enunciar uma pergunta que, de resto, não havia sido respondida: o fundamento para os representantes do Estado no CA da Fundação de Serralves terem concordado com a resposta à contestação dos trabalhadores. Também o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), a Senhora Deputada Carla Barros (PSD), e a Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) interpelaram a Mesa, respetivamente, sobre o disposto no artigo 551.º do Código do Trabalho e a responsabilidade solidária daí decorrente; a linha de intervenção do GP do PS nesta audição; e a insistência com a resposta às perguntas colocadas pelo GP do PCP que tinham ficado por responder.

Em conclusão, a Prof. Dra. Isabel Pires de Lima declarou o maior respeito pela Assembleia da República, até porque no passado exercera o mandato parlamentar, o que, porém, não a obrigava a reconhecer qualquer superioridade moral ou ética dos Senhores Deputados face aos membros do CA da Fundação, nem a si em particular.

A [audição](#) foi gravada em suporte [áudio](#) e [vídeo](#), constituindo parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

Terminada esta segunda parte da reunião, retomou-se então a audição da representante do Estado no CA da Fundação Casa da Música, Dra. Teresa Moura, que após a repetição da intervenção da Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP), respondeu de forma conjunta às questões formuladas.

Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 83/XIV/2.^a SL

Também aqui a Mesa foi interpelada sobre a condução dos trabalhos, desta vez pelo Senhor Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD), que assumiu que teria sido por lapso que a auditada não havia prestado os esclarecimentos necessários sobre os seus sentidos de voto no CA.

Depois de o Senhor Presidente ter recordado que o direito de não responder era uma prerrogativa que assistia a todos os convidados, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) e a Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP), ao abrigo da mesma figura regimental, aproveitaram para reiterar os pedidos de explicações sobre, especificamente, a inexistência de acordo com os trabalhadores, as suas reivindicações sobre a precariedade profissional e as alegadas filmagens de uma manifestação; os horários dos técnicos e os despedimentos no serviço de restauração e a contratação para a Frente de Casa. No final, a Dra. Teresa Moura remeteu para as declarações já proferidas, considerando que já se havia respondido de forma cabal ao demandado, inclusive na audição do CA da Casa da Música levada a cabo conjuntamente pelas duas Comissões Parlamentares no passado, e reiterando que exercia as suas funções de acordo com a lei e os estatutos da Fundação.

A [audição](#) foi gravada em suporte [áudio](#) e [vídeo](#), constituindo parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, entrou-se na terceira parte da reunião, neste caso, exclusiva da 10.^a Comissão, nos seguintes termos:

III Parte – 12h

1. **Apreciação e votação das atas das reuniões n.ºs 81 e 82, de 11 e 12 de maio de 2021;**

As atas identificadas foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência dos GP do PCP e do CDS-PP.

2. **Distribuição de iniciativas legislativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;**



Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 83/XIV/2.^a SL

O Senhor Presidente começou por dar nota que, sobre a matéria dos acidentes de trabalho e doenças profissionais, haviam baixado à Comissão os Projetos de Lei n.ºs 829/XIV/2.^a (PCP) - «Revê o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro», 830/XIV/2.^a (PCP) - «Promove a participação dos trabalhadores em matéria de segurança e saúde no trabalho (7.^a alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro que estabelece o Regime Jurídico da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho)», 831/XIV/2.^a (PCP) - «Recálculo das prestações suplementares para assistência a terceira pessoa atribuídas aos sinistrados do trabalho ao abrigo da Lei n.º 2127/65, de 3 agosto» e 832/XIV/2.^a (PCP) - «Adita a Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho como entidade beneficiária de 1% do montante das coimas aplicadas por violação das regras de segurança e saúde no trabalho ou resultantes do incumprimento de regras de reparação de acidentes de trabalho», que já haviam sido submetidos a apreciação pública pelo período de 30 (trinta) dias, decidindo-se a designação de apenas um relator para este conjunto de iniciativas, que caberia ao GP do PS.

Por outro lado, foi também informado que havia dado entrada o Projeto de Lei n.º 839/XIV/2.^a (BE) - «Reforça os mecanismos de combate ao trabalho forçado e a outras formas de exploração laboral, responsabilizando diretamente toda a cadeia de subcontratação e as empresas utilizadoras, bem como gerentes, administradores e diretores», cabendo a elaboração do parecer ao GP do CDS-PP, que naquele momento não se encontrava presente, e estando a discussão na generalidade já agendada para a reunião plenária de quarta-feira, 26 de maio. Por este motivo, foi deliberado demandar que, excecionalmente, a consulta pública do diploma se realizasse pelo período de 20 (vinte) dias.

Foi ainda dado conhecimento da apresentação do Projeto de Resolução n.º 1266/XIV/2.^a (PS) - «Recomenda a reavaliação e reforço do “Programa Rede Social”, para melhorar a resposta social», que aliás havia sido alvo de um pedido de agendamento para a reunião deste dia pelo GP do PS, já depois de a Ordem de Trabalhos estar consolidada. A este respeito, o GP do PSD solicitou que a discussão



Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 83/XIV/2.^a SL

pudesse ter lugar na reunião da semana vindoura, o que não mereceu nenhuma oposição.

3. **Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 649/XIV/2.^a (BE) - «Reconhece e regulamenta o estatuto profissional da animação sociocultural»; Deputada autora do parecer: Diana Ferreira (PCP);**

Face à impossibilidade de a Senhora Deputada autora do parecer estar presente, atendendo a que decorriam em simultâneo outros trabalhos parlamentares, este ponto foi adiado para a reunião da Comissão da semana seguinte.

4. **Outros assuntos:**

- a) **Audição Pública dedicada ao Livro Verde sobre o Futuro do Trabalho: terça-feira, 25 de maio, 11h;**

O Senhor Presidente comunicou que o programa desta iniciativa estava já fechado, com a antecipação do início para as 10h30 desse dia, alargando o período atribuído aos Coordenadores Científicos para 40 minutos (indicativamente 20 minutos para cada um), e bem assim que já havia articulado com a Senhora Vice-Presidente, Deputada Diana Ferreira (PCP), a condução dos trabalhos e eventuais substituições. Também o Senhor Vice-Presidente, Deputado João Paulo Pedrosa (PS), manifestou a sua disponibilidade para proceder aos ajustes que se revelassem necessários. Explicou ainda que se aguardava a confirmação da participação do Governo e ainda que todos os oradores haviam sido convidados com a possibilidade de intervirem presencialmente ou por videoconferência, de acordo com as regras em vigor.

- b) **Audição regimental com a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS): quarta-feira, 26 de maio, 10h;**

Foi ainda recordada a data e hora da próxima audição regimental com a Senhora Ministra, sendo também decidido realizar uma primeira parte preliminar, dedicada ao expediente que transitasse desta reunião.

- c) **Confirmação da composição dos Grupos de Trabalho – Teletrabalho e Parentalidade;**

Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 83/XIV/2.^a SL

A este propósito, o Senhor Presidente descreveu a composição dos Grupos de Trabalho *supra* designados, a saber: integravam o Grupo de Trabalho – Teletrabalho, coordenado pelo Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS), as Senhoras e os Senhores Deputados Fernando José (PS) e Nuno Sá (PS), Clara Marques Mendes (PSD) e Emília Cerqueira (PSD), José Moura Soeiro (BE), Diana Ferreira (PCP) e Pedro Morais Soares (CDS-PP); constituíam o Grupo de Trabalho – Parentalidade, para além da sua Coordenadora, Deputada Lina Lopes (PSD), os Senhores e as Senhoras Deputadas Rita Borges Madeira (PS) e Maria Joaquina Matos (PS), Ofélia Ramos (PSD) e Olga Silvestre (PSD), José Moura Soeiro (BE), Diana Ferreira (PCP) e Pedro Morais Soares (CDS-PP)

d) Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 914/XIV/2.^a (PEV) - «Reforço das medidas de apoio aos idosos que vivem sozinhos ou isolados»

Por último, foi fixada sem votos contra a redação final da iniciativa em epígrafe, sem votos contra, e registando-se ainda as ausências dos GP do PCP e do CDS-PP. O Senhor Presidente ressaltou que o Grupo Parlamentar proponente não havia manifestado oposição às preconizadas alterações ao texto.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12:55 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 2 de junho de 2021.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



Pedro Roque



Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 83/XIV/2.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Cristina Sousa (PS)
Eduardo Barroco De Melo (PS)
Fernando José (PS)
João Paulo Pedrosa (PS)
Marta Freitas (PS)
Nuno Sá (PS)
Rita Borges Madeira (PS)
Sílvia Torres (PS)
Tiago Barbosa Ribeiro (PS)
Carla Barros (PSD)
Clara Marques Mendes (PSD)
Helga Correia (PSD)
Lina Lopes (PSD)
Maria Germana Rocha (PSD)
Ofélia Ramos (PSD)
Olga Silvestre (PSD)
Pedro Roque (PSD)
Isabel Pires (BE)
José Moura Soeiro (BE)
Diana Ferreira (PCP)
Pedro Morais Soares (CDS-PP)
Cristina Mendes Da Silva (PS)
Lúcia Araújo Silva (PS)
Mara Coelho (PS)
Carla Madureira (PSD)
Eduardo Teixeira (PSD)
Emília Cerqueira (PSD)
Fernanda Velez (PSD)
Firmino Marques (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Luís Soares (PS)